

DESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO: UMA ANÁLISE DA INTERVENÇÃO DO ESTADO OCORRIDA NA COMUNIDADE ILHA DE DEUS, PERNAMBUCO, BRASIL.

Área de Interesse: Economia Pernambucana

Autores:

[Bárbara Cavalcanti Tavares da Silva](#)¹.[Bárbara Cavalcanti Tavares da Silva](#)¹.[Bárbara Cavalcanti Tavares da Silva](#)

Mestranda em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável GDLS pela Universidade de Pernambuco- UPE. Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE. Email: barbaracavalcantitavares@gmail.com Fone: 92788633/34685579.

[2.](#) Dr. Ericê Bezerra Correia

Graduado em Administração pela Universidade de Pernambuco - FCAP/UPE, Mestrado em Comércio Exterior e Finanças pela Universidade de Barcelona - UB/Espanha e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Tem experiência nas áreas de Administração e Geografia Econômica, com ênfase em Administração Organizacional e Desenvolvimento Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: organização e estruturação do espaço, periferia, inovação, agronegócio, empreendedorismo, marketing e desenvolvimento organizacional. É professor de do Mestrado de Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável da Universidade Pernambuco. Email: ericecorreia@gmail.com

[3.](#) Dr. Ivo Vasconcelos Pedrosa

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco (1971), mestrado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (1984) e doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (1991). Atualmente é Docente Permanente do Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável (GDLS), da Universidade de Pernambuco, e Docente Colaborador do Mestrado em Tecnologia Ambiental do Instituto de Tecnologia de Pernambuco. É membro titular representante da UPE no Conselho Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (CONSEMA/PE). Tem experiência na área de Economia do Setor Público, com ênfase em Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas ambientais, governo municipal, ICMS, reforma tributária, imposto sobre o valor agregado (IVA) e federalismo fiscal. Email: ivovpedrosa@gmail.com

DESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO: UMA ANÁLISE DA INTERVENÇÃO DO ESTADO OCORRIDA NA COMUNIDADE ILHA DE DEUS, PERNAMBUCO, BRASIL.

RESUMO

Este artigo analisa a intervenção estatal através de políticas públicas na Ilha de Deus, uma comunidade ribeirinha que tem sido alvo de investimentos públicos para minimização das problemáticas socioeconômicas e da degradação ambiental evidenciadas na região. Os resultados obtidos através da pesquisa exploratória, entrevistas e visitas a comunidade versam sobre: a oferta para comunidade de serviços urbanos, de educação e saúde resultantes do Plano de Ação Integrada para Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Ilha de Deus; e elaboração de uma linha do tempo das ações governamentais e identificação de parcerias estabelecidas com as organizações sociais existentes no território. O artigo conclui sobre a importância da intervenção do Estado em regiões periféricas como a Ilha de Deus, destaca o desenvolvimento no que se refere ao acesso a saneamento básico, infraestrutura habitacional, fomento de geração de renda através dos projetos existentes e futuros. Porém acentua urgência de políticas públicas voltadas à questão ambiental, a atual intervenção neste sentido revela-se insuficiente e as tímidas ações de replantio de árvores e recomposição de manguezais, não refletem uma efetiva resposta nesta variável.

Palavras-chave: intervenção estatal, políticas públicas, regiões periféricas.

ABSTRACT

This article analyzes the state intervention through public policy on the Island of God, a riverside community that has been targeted public investments to minimize the socio-economic problems and environmental degradation evident in the region. The results obtained from exploratory research, interviews and visits to community deal with: the offer for, education and health arising from the Integrated Action Plan for Special Zone of Social Interest (ZEIS) Island of God urban community services; and developing a timeline of governmental actions and identifying partnerships with existing social organizations in the territory. The paper emphasizes the importance of state intervention in peripheral regions as the Island of God, emphasizes the development with regard to access to basic sanitation, housing infrastructure, promotion of income generation through existing and future projects. But stresses urgency of public policies aimed at environmental issue, the current intervention in this regard is insufficient and timid actions of replanting trees and restoration of mangroves, do not reflect an effective response in this variable.

Keywords: government intervention, public policy, peripheral regions.

1. INTRODUÇÃO

As regiões periféricas segundo Correia (2012, p.22) são caracterizadas por locais que carecem de investimentos em desenvolvimento tecnológico, apresentam baixos índices de desenvolvimento socioeconômico, configurando um “espaço valor” de baixa densidade. Mares (2013) aponta que a existência de um espaço periférico pobre, marcante na realidade brasileira, evidencia a desigual produção do espaço urbano, onde as desigualdades socioeconômicas, políticas e culturais se aprofundam, revelando a submissão da população as precariedades e ausências. Na promoção do desenvolvimento local em regiões assim caracterizadas torna-se imprescindível a atuação do Estado através de políticas públicas formuladas, implementadas, acompanhadas e avaliadas com a participação das comunidades locais considerando a vocação do local, com perspectiva de longo prazo e ações integradas (COSTA, 2013).

Este trabalho tem como objeto de estudo a Ilha de Deus, uma comunidade ribeirinha, que tem sido caracterizada como região periférica que apresenta graves problemáticas sócio-econômico-ambientais. Está localizada no bairro da Imbiribeira, zona sul da cidade do Recife, mais precisamente entre os rios Pina, Jordão, Tejipió na Bacia do Pina, em que há a presença do Parque dos Manguezais. Integrando a 6ª Região Político-Administrativa do Recife e inserida nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

Oliveira e Andrade (2009) citam como problemáticas na Ilha de Deus a falta de saneamento, má qualidade de moradias, altos índices de evasão escolar, entre outros. Rabelo (2010) caracteriza a Ilha de Deus como área de vulnerabilidade socioambiental, enfatizando o baixo nível de renda dos moradores, também apontado por Bernardo (2009), que aborda principalmente a preocupação com doenças infecciosas pela falta de condições higiênico-sanitárias, durante o processamento dos pescados. Todavia estudos recentes como de Neves e Mariz (2014) apontam uma nova configuração da comunidade ribeirinha com profundas modificações de melhorias sociais.

Portanto, o estudo objetiva investigar o desenvolvimento local na Ilha de Deus a partir da ação do Estado, tendo como objetivos específicos identificar a atuação das políticas públicas na comunidade, as parcerias estabelecidas com as organizações sociais e a evolução nos níveis de renda. O presente artigo se justifica por analisar como as intervenções do Estado através de políticas públicas possibilitaram que os flagelos da exclusão social e os fatores limitantes da pobreza dantes presentes, cederam espaço para o desenvolvimento na região.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Desenvolvimento: local e sustentável

O desenvolvimento segundo Sen (2010, p. 18, 29) é visto como processo de expansão de liberdades, requerendo a remoção das fontes principais de privação de liberdade, o qual relaciona: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. Para o autor o desenvolvimento deve

estar relacionado a melhoria de vida e liberdade. Sen (2010, p. 34) não nega que a privação das capacidades individuais pode estar fortemente relacionada a um baixo nível de renda, relação que explica como uma via dupla, primeiramente o baixo nível de renda podendo implicar de forma fundamental em analfabetismo, más condições de saúde, fome e subnutrição; como também numa lógica inversa melhor educação e saúde ajudam a propiciar maior renda.

Quanto ao desenvolvimento local Ávila (2000, p.68) compreende que o núcleo conceitual versa sobre o desabrochar das capacidades, competências e habilidades de uma comunidade comum - comunidade que partilha de interesses e estar territorialmente definida de posse de uma identidade social e histórica, em que ela paulatinamente se torne a protagonista do agenciar e gerenciar as próprias potencialidades como também “metabolizar” de forma comunitária insumos e investimento público e privado externo para solucionar as demandas quais sejam.

Ávila (2000) conduz ao entendimento de que não há a função por parte do governo federal ou estadual de resolver as necessidades das comunidades, mas deve atuar para dotá-la de mecanismo para o desenvolvimento de suas potencialidades. Esclarece que a diferença existente entre o desenvolvimento no local e desenvolvimento local, para o primeiro estabelece que quaisquer agentes externos que promovam melhorias de suas condições de vida na comunidade localizada com sua participação ativa, enquanto que o desenvolvimento local implica em que a comunidade mesma desenvolva e metabolize as participações efetivamente contributivas de quaisquer agentes externos (ÁVILA, 2000, P.69).

Para Sachs (2004) o conceito de desenvolvimento sustentável acrescenta a dimensão da sustentabilidade ambiental à dimensão da sustentabilidade social. Os pilares de tal desenvolvimento englobam o social, ambiental, territorial, econômico e político. Este desenvolvimento deve atentar para o duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras. O desenvolvimento sustentável mostra-se como alternativa possível e desejável na promoção da inclusão social, bem-estar econômico e preservação dos recursos naturais. O desenvolvimento para Sachs (2004) só ocorre quando a sustentabilidade social e ambiental e a viabilidade econômica concorrem para o crescimento econômico que tenha impactos positivos em termos sociais e ambientais.

2.2 Visão da periferia no espaço urbano e Inovação na Periferia

Para Domingues (1994, p.5) a periferia é um agregado social, não apenas definido ao nível local pela densidade do inter-relacionamento, e sim pela dependência, subalternidade face às áreas centrais e aos locais de destino dos habitantes-pendulares. Para Tessari e Braga (2008, apud Mares, 2013) os fatores que contribuem para formação da periferia são as desigualdades na distribuição de renda; ausência de um planejamento que oriente a expansão urbana; e a forte atuação de agentes produtores do espaço, a exemplo, o Estado (setor público), o setor privado e o mercado imobiliário, todos esses envolvidos no sistema de acumulação que permeia suas relações. Santos (1981) atribui o jogo da especulação o deslocamento do habitat popular para a periferia, provocando uma diferenciação de acessibilidade a serviços, em função das rendas de cada grupo social dentro da própria cidade. Mares (2013) identifica a população que residem em periferias, como sujeitos que atuam na produção de uma cidade que lhe nega participação no uso e apropriação dos bens urbanos que atuariam na melhora de vida mantendo-os distantes nas mazelas da cidade.

Correia (2012, p.39) assume que a questão do subdesenvolvimento é resultado de um processo social e global consequência do desenvolvimento do capitalismo industrial, portanto, enfatiza que o problema do subdesenvolvimento das cidades, é mais político do que atraso tecnológico, devido a ausência de investimentos. Assegura então, que um melhor desempenho para cada local ou região deverá ser proveniente da política de desenvolvimento regional com investimentos, do contrário irá se estabelecer um centro de “controle e uma periferia com um sistema de troca desigual e gerador de desequilíbrio”.

O referido autor conduz a reflexão de que a inovação pode proporcionar as regiões periféricas, em franca dificuldades econômicas e sociais, a busca de novas oportunidades, atuando em descortinar- novos horizontes e potencialidades para o fortalecimento de pessoas e empresas nessas regiões, auxiliando a dirimir as questões assimétricas existentes e configuradas no quadro das regiões mais pobres. (CORREIA, 2012, p. 192-193).

2.3 Raízes do Subdesenvolvimento em regiões periféricas

Para Baran (1957) o entendimento das raízes do subdesenvolvimento recai sobre a análise das condições sob as quais o capitalismo evoluiu, o feudalismo. O movimento feudal provocou aumento da produção agrícola e o surgimento de uma potencial força de trabalho industrial; a divisão de trabalho e, com isto, a evolução da classe de comerciantes e artesãos e o crescimento das cidades; e a acumulação de capital. A esta última há atribuição de estratégica importância para o desenvolvimento do capitalismo, porém associado a duas considerações, o amadurecimento de condições de transição do feudalismo para o capitalismo sob a tensão interna de natureza feudal e o disparar da acumulação mercantil e papel da classe burguesa em ascensão. A concentrada acumulação mercantil pela Europa Ocidental, a expansão comercial, pirataria, saques e tráfico de escravos possibilitaram a formação de vasta de riqueza. Segundo Baran o fato de a Europa Ocidental estar à frente do resto do mundo, não é ocasional e nem está relacionado a diferenças sociais entre os povos. Mas é determinado pela natureza do próprio desenvolvimento, intimamente manifesta pelos efeitos da penetração capitalista da Europa Ocidental.

A natureza desta penetração e estágio de desenvolvimento previamente existente dos povos com os quais houve contato foram para Baran os determinantes desses efeitos. Estabelece a distinção entre os Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia onde a penetração teria sido benéfica pela ocupação de europeus ocidentais que carregavam “o capitalismo em seus ossos” e não lhes havia resistência podendo se dedicarem ao desenvolvimento de seus recursos produtivos, atraídos pelo clima e ambiente natural favorecido por sociedades ricas culturalmente e em estágio pré-capitalista ou em desenvolvimento embrionário do capitalismo. De forma oposta, os europeus se depararam na Índia, China, países do Sudeste asiático, do Oriente Próximo e África, com organizações sociais primitivas e tribais, e clima desfavorável. Incidência de sua penetração fora então de exploração de riquezas, o impacto dessa penetração segundo o autor foi de afetar violentamente o desenvolvimento e de influir decisivamente em sua evolução posterior. Assim, a retirada do excedente econômico acumulada e o excedente dos países invadidos, causaram grave retrocesso a acumulação primitiva de capitais, e imposição do jugo imperialista europeu. Baran apresenta como a principal distinção entre a situação dos países subdesenvolvidos, o modo de utilização do excedente econômico, condição clássica do crescimento econômico.

2.4 Intervenção Estatal

Myrdal (1960) discorrendo sobre o papel do Estado faz uma correlação entre as desigualdades sociais nos países pobres e ricos com as suas políticas estatais. O ponto de partida da análise de Myrdal versa sobre as desigualdades regionais serem maiores nos países mais pobres e o decréscimo dessas desigualdades ocorrem nos países ricos enquanto que observa o inverso em países pobres. A explicação posta é de que nos países ricos da Europa Ocidental houve a evolução para o “Estado do Bem- Estar”, por conta das políticas estatais que objetivavam igualdade regional. Nesse sentido explicita que as forças de mercado que provocam “efeitos regressivos” foram anuladas e apoiadas as que causam “efeitos propulsores”. Entretanto nos países pobres as forças de mercado agiram mais livremente e os programas políticos se deram em escala menor.

O autor evidencia que as políticas estatais diferem entre os países ricos e pobres. Explica utilizando-se da causação circular, de que os países pobres assim permanecem, pelos poucos esforços em instituir políticas de integração nacional. No entanto, nos países ricos, as medidas políticas provocaram progresso econômico estável. Elucida que as diretrizes igualitárias de “bem- estar” do Estado Moderno são dispendiosas, os benefícios a regiões mais pobres se dariam pelos sacrifícios impostos às regiões mais abastadas. Estas diretrizes enfrentam também dificuldades pela debilidade dos efeitos propulsores. Diferentemente, nos países ricos, o crescimento econômico e os níveis crescentes de renda favorecem; há uma disposição à renúncia de privilégios em direção às camadas inferiores. Logo, Myrdal assume que o sistema de causação circular abriga as influências das forças de mercado e medidas políticas, de forma interdependente.

3. METODOLOGIA

Este estudo lança mão do método observacional, com utilização da pesquisa descritiva e exploratória, com uma intensa busca por fontes documentais, pesquisas e experiências empíricas vivenciadas na área de interesse da pesquisa e utiliza o estudo de caso como método de pesquisa que segundo Yin (2010, p. 24) é utilizado em diversas situações para contribuição do conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados.

Foram realizadas visitas à comunidade para entendimento da dinâmica local, efetuado contato com moradores e estabelecido diálogo com os presidentes, representantes e integrantes das organizações sociais: Centro de Desenvolvimento Integral Vida, Ação Comunitária Caranguejo Uçá Centro Educacional Populacional Saber Viver, Poupança Comunitária.

Também se iniciou contato com gerência de operações de projetos da Ilha de Deus, da Seplag, que igualmente demonstrou disponibilidade para fornecimento de informações. A equipe de projetos da empresa Diagonal contratada pela Secretaria de Planejamento e Gestão, composta por uma equipe multidisciplinar foi entrevistada para entendimento do Plano de Ações Integradas para a Zeis Ilha de Deus iniciada em 2007.

4. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

4.1. Localização e Histórico da Ilha de Deus

A comunidade Ilha de Deus está localizada no bairro da Imbiribeira, zona sul da cidade do Recife, mais precisamente entre os rios Pina, Jordão, Tejipió, na Bacia do Pina, em que há a presença do Parque dos Manguezais. Integrando a 6ª Região Político-Administrativa do Recife e inserida nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).



Aproximadamente 10 mil pessoas residem no entorno do Parque

FONTE: Secretaria de Planejamento e Gestão de Pessoas-SEPLAG

A ocupação do território de seu por volta de 1950, segundo retrata Almeida *et al.* (2014) estabeleceram-se nesta região de forma espontânea pessoas que vinham das cidades do interior de Pernambuco: Sertão, Agreste e municípios de Catende, Ribeirão e Palmares, à procura de melhores condições de vida'. Costa *et al.* (2008) relata que inicialmente o nome do local registrado era Ilha de Santo Antônio, e tornou-se opção atrativa para os que vinham à cidade e não conseguiam emprego ou não atendiam ao perfil de mão-de-obra das indústrias; assim, fizeram do manguezal oportunidade de habitação, renda e subsistência. Com o passar dos anos, segundo a pesquisa, crescia o contingente populacional da Ilha, e os elevados índices de criminalidade e violência crescente instauraram medo e preconceito nas áreas circunvizinhas. Assim, a comunidade que os pescadores nomeavam Ilha de Deus passou a ser chamada de “Ilha sem Deus”.

Oliveira (2003) destaca que havia a presença de 436 famílias, somando um total de 1.924 habitantes. Callou *et al.* (2008) aponta que em 2000, segundo dados do PNUD 2005, 42,3% população não tinham nenhum rendimento e 35,8% recebiam até um salário mínimo.

Segundo Almeida *et al.* (2014) que se refere a pesquisa realizada em 2003 pelo Núcleo de Apoio aos Movimentos Populares da Universidade Católica de Pernambuco (NUAMPO), havia 436 famílias que residiam na Ilha de Deus, dentre as quais, 350 pessoas viviam da coleta do sururu e marisco. O que remete a uma elevada dependência do ecossistema para subsistência e geração de renda.

O estudo de Gurgel (2008) apresenta os dados da FADE/Governo do Estado/PCR, 2007, em que a renda mensal de 46,1% da população é de no máximo um salário

mínimo. O autor aponta que das 348 famílias, 50% são pescadores segundo a pesquisa do Governo do Estado e Prefeitura do Recife. A partir deste diagnóstico produzido pela FADE/ UFPE foi planejada a intervenção na comunidade, ficando a cargo da Secretaria de Planejamento e Gestão que contratou as empresas Diagonal e Colmeia para obras de intervenção urbanística.

Rabelo (2010) faz referência aos mesmos dados do diagnóstico apresentado acima quanto à renda familiar. Os resultados evidenciam que, no ano de 2007, 11,54% da população apresentavam uma renda de até ½ salário mínimo (SM), 34,95% ganhavam de ½ a 1 SM; 28,53% recebiam de 1 a 1 ½ SM; 10,89% entre 1 ½ a 2 SM, e os que não possuíam renda representavam 0,64%. Considerando as atividades profissionais no ano de 2010, este autor afirma que, além da pesca, os moradores desenvolvem outras atividades profissionais, tais como comércio, construção civil, serviços domésticos e artesanato; este último o autor descreve como atividade recente.

Bento *et al.* (2011) no que se refere aos aspectos econômicos dos pescadores de camarão, na sua pesquisa realizada em 2011, constatou que a maior concentração de renda está entre 1 e 2 salários (SM), correspondendo a 30% destes pescadores; os grupos que têm renda superior a 4 SM representam 26,7%; e de 3 a 4 SM são 23,3%. Estes dados revelam a discrepância da remuneração desta atividade de carcinicultura, em comparação com a pesca de sururu e marisco e demais atividades praticadas pelos moradores. Os viveiros de camarão expandiram-se entre as décadas de 70, 80 e 90, por apresentar-se como atividade que propicia melhor remuneração.

Sylvia (2012) em sua pesquisa sobre 33 famílias na Ilha de Deus, em 2012, apresenta que 15,15% recebiam até ½ salário mínimo (SM), a maior parte concentra-se entre ½ a 1 SM com uma média de 39,4%, entre os que ganham de 1,1 e 2 SM somam-se 36,5% e superior a 2 SM 9% dos entrevistados. Considerando a ocupação de moradores, de um universo de 139 residentes da Ilha, 43,2% são estudantes; a pesca, cata e afins representam 17,3%, serviços 10,8%, aposentados e pensionistas 5%, comércio 3,6%, indústria 1,4% e que possuem 2 ocupações somam 8% dos entrevistados.

5. RESULTADOS

5.1. Verificação da atuação do Estado através da implantação de Políticas Públicas

5.1.1. Educação, Saúde e Serviços Urbanos Iniciais.

As ações dos órgãos governamentais iniciaram entre 1991 e 1993 com a implantação de serviços urbanos de abastecimento de água, energia e limpeza urbana. Uma vez que havia um contingente de pessoas cada vez maior que se estabeleciam na Ilha, estes serviços foram fundamentais para os residentes. Ainda 1991, construída a Escola Municipal, em 1995 o Posto de Saúde e em 1996 a Creche Municipal, equipamentos cruciais para o acesso a serviços educacionais e de saúde. Estes equipamentos permanecem até os dias atuais tendo sido reformados recentemente. Muito embora tais ações tenham sua devida importância e reflitam ação do Estado, persistia o quadro de condições insalubres e de miséria social.

5.1.2. Plano de Ação Integrada para Zeis Ilha de Deus- Habitação e Urbanização.

A partir de 2007 foi iniciada pelo Governo Estadual uma ação integrada de investimentos Zeis Ilha de Deus, sob a responsabilidade da Seplag. Esta se apoiou no modelo participativo e inclusivo de gestão e as empresas contratadas pela secretaria para o projeto de urbanização, Diagonal e Colmeia, conceberam junto à comunidade cada etapa do projeto de urbanização, que tem por objetivo dotar a comunidade de uma habitação sustentável. As intervenções projetadas partiram de uma pesquisa de campo para averiguação da realidade local realizada pela Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco FADE/PE. Foi estabelecida uma equipe multidisciplinar para atuar no território e estabelecidos escritórios de projetos para dar suporte à população. O projeto de urbanização contemplou a necessidade urgente de abastecimento de água, pavimentação das vias, iluminação pública, esgotamento sanitário, paisagismo e construção de 349 casas.

As intervenções dos agentes governamentais foram ocorrendo desde então. No ano de 2009 foi construída a ponte Vitória das Mulheres, em parceria com a Prefeitura do Recife, que possibilita o acesso à Ilha de Deus. Inicialmente, a travessia da Ilha era dependente do uso de barcos, havia um custo para este deslocamento, bem como restrições de horário. Posteriormente foi construída uma ponte de madeira, mas esta era caracterizada como extremamente vulnerável. A partir da ponte de concreto é possível a passagem de veículos e ambulâncias para atendimento ao local.

Foram entregues em setembro de 2010 as primeiras casas previstas no projeto de urbanização, totalizando 27 residências na área piloto. E no ano subsequente, em julho de 2011, 78 no conjunto habitacional. Foram concluídas também a reconstrução da Sede Caranguejo Uçá e Igreja Aprisco de Jesus. A Unidade de Saúde da Família foi finalizada em 2012, o Centro Educacional Saber Viver e a Escola Municipal Capela de Santo Antônio em 2013. Neste ano de 2014 foi construída a Escola do Remo que já está em funcionamento, bem como já foi inaugurado a Fábrica de Vassouras Ecológicas no Centro Educacional Saber Viver.

5.1.3. Plano de Investimento para Zeis Ilha de Deus - Emprego e Renda.

Foram desenvolvidos cursos para capacitação profissional em diversas áreas, metade da mão-de-obra utilizada para as obras de urbanização, foi formada pela população local o que além de propiciar emprego e renda, ao fim das obras se constituirá em uma nova oportunidade para continuidade no mercado de trabalho de construção civil, por dotá-los de experiência profissional.

A construção de habitações na Ilha de Deus contemplou uma tipologia de casa, denominada casa comércio, para favorecer a comercialização de produtos na Ilha, sendo, portanto, pensada como alternativa de atividade para gerar renda a população local.

A construção da Escola de Remo visa além de fomentar a prática do esporte e lazer, ser também uma proposta de alternativa de renda, na atividade de concertos e reparos de barcos.

O projeto prevê ainda a construção de um Centro de Beneficiamento de Pescados; não há no Estado de Pernambuco nenhum Centro como este. O equipamento irá possibilitar oferta de emprego e elevação de renda da população, pela agregação de valor à produção. Hoje realizada de forma artesanal, a produção só é comercializada em feiras livres, não tendo maior alcance e sem atendimento aos padrões higiênico-sanitários.

5.1.4. Plano de Investimento para Zeis Ilha de Deus- Meio ambiente.

Para aprovação do projeto de urbanização foi fundamental a recomposição de 9.929,71 m² de áreas de manguezais imposta pelos órgãos governamentais. Também foram realocadas 78 famílias para um conjunto habitacional fora da Ilha de Deus, para diminuir a densidade populacional. Ações e oficinas de educação ambiental têm sido promovidas para sensibilização e conscientização sobre a preservação do meio ambiente. A Emlurb faz a coleta dos resíduos dos pescados que são amontoados às margens da maré.

Todavia, os dejetos trazidos pelos rios e os que são lançados pela própria comunidade e a continuidade dos viveiros de camarão na região comprometem a saúde da população, o ecossistema local e a produção de pescados. A diminuição abrupta da biodiversidade e quantidade desde a ocupação da Ilha é faticamente perceptível pelos moradores.

5.1.5. Equipamentos e ações realizadas pelos órgãos governamentais:

Áreas	Existentes	Previstos
Educação	Escola Municipal	Creche
Esporte e lazer	Escola do Remo*	3 Praças, playground
	Escola de Futebol*	Estádio de Futebol
Saúde	Posto de Saúde- PSF	
Emprego e Renda	Capacitação profissional, Panificadora*	Centro de Beneficiamento de Pescados
Habitação	Urbanização	Entrega das últimas residências
Meio ambiente	Recomposição de área manguezais	Retirada dos viveiros de camarão.

* Parceria com o Centro Populacional Educacional Saber Viver

Fonte: Elaboração própria

5.2. Linha do Tempo da Comunidade e das Intervenções Estatais

Ocupação do território

1950

Construção da primeira ponte de madeira

(Vitória das Mulheres)

1986

A ponte constitui uma grande vitória, apesar de extremamente vulnerável e ter ocorrido mortes por afogamento, pois o único meio de transporte até então eram os barcos que tinham hora e preço estabelecidos para deslocamento.

Transformação da Ilha como ZEIS

1995

Finalmente nesta data foi concedido o direito de moradia aos habitantes da Ilha. Apesar de ser considerada uma Zona Especial de Proteção Ambiental, a comunidade da Ilha de Deus se consolidou. Não houve a instalação da COMUL e o plano urbanístico não foi um plano da PREZEIS.

Início da oferta de serviços urbanos: abastecimento de água, energia e limpeza urbana

1991 e 1993

Estes serviços tiveram importância crucial para comunidade, uma vez que a Ilha apresentava elevados índices de doenças ocasionados pela vulnerabilidade socioambiental e condições precárias de higienização.

Serviços de Saúde e Educação

Escola Municipal / Posto de Saúde / Creche Municipal

1991

1995

1996

Estes serviços contribuíram para amenização da grave problemática da alta taxa de analfabetismo e ínfimo nível de escolaridade, e prevenção e remediação de doenças tão frequentes observadas na comunidade.

Início do Projeto de Urbanização

2007

Construção da Ponte Vitória das Mulheres

2009

A nova configuração da ponte possibilita um melhor e mais seguro deslocamento, sendo possível o uso de automóveis, o que garante o acesso de alguns serviços. Anteriormente, pessoas doentes eram transportadas pelo carro de mão para atendimento fora da Ilha.

Entrega das primeiras casas previstas no projeto: 27 residências na área piloto

2010

Entrega de 78 unidades no conjunto habitacional; concluídas a reconstrução da Sede Caranguejo Uça e Igreja Aprisco de Jesus

2011

Finalização da Unidade de Saúde da Família e entrega de 212 habitações

2012

Conclusão das construções do Centro Educacional Saber Viver e Escola Municipal
Capela de Santo Antônio

2013

Inauguração da Escola do Remo

2014

5.3. Parcerias estabelecidas com as Organizações Sociais

Existem na comunidade diversas organizações sociais desempenhando diferentes atividades em suas áreas de atuação; elas contribuem de forma expressiva para o desenvolvimento local. Durante o projeto de urbanização, todas as organizações com exceção do Centro de Desenvolvimento Integral Vida, foram reconstruídas. As organizações atuantes estão descritas a seguir:

Organizações Sociais	Programas, Projetos, Ações e Atividades	Principais Parceiros
Centro Educacional Popular Saber Viver	Cursos profissionalizantes: padaria, pastelaria, cinema.	Governo do Estado, Prefeitura do Recife, Jovens Cineastas, Kinder.
	Aulas de dança: maracatu, frevo, etc	
	Escolinha de futebol	
	Escola do Remo	
	Produção de Artesanato	
Ação Comunitária Caranguejo Uça	Radio Comunitária: Boca da Ilha	CREMPE, In Bola Recort, Rede Resistência Solidária, Simepe e Êxito de rua
	Tv Mocambo	
	Grupos de teatro, percussão.	
	Brechó Cultural	
Centro de Desenvolvimento Integral Vida	Terça no mangue	Ong Compassion
	Curso de música	
	Aulas de informática, desenho.	
	Educação religiosa	
Poupança Comunitária	Reforço escolar	Ong SDI/ Rede Interação
	Educação financeira	
	Abertura de Poupança	
	Realização de Empréstimos	
	Melhorias na comunidade a partir do lucro gerado pelos empréstimos	

Fonte: Elaboração própria.

O governo estadual mantém parceria apenas com o Centro Educacional Populacional Saber Viver e a Ação Comunitária Saber Viver, consideradas pelos responsáveis pela execução do Plano de Ações Integradas para Zeis Ilha de Deus, as organizações mais expressivas. As demais organizações possuem outras parcerias, não estabelecendo nenhum vínculo ou apoio junto aos atores governamentais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação de políticas públicas é representada pela intervenção do Estado na oferta de serviços urbanos, de saúde e de educação. O projeto de urbanização iniciado em 2007 promoveu uma nova configuração do local. Atualmente, de forma muito mais abrangente, tem fomentado o desenvolvimento da região com a construção de diversos equipamentos para projetos de geração de emprego e renda, capacitação profissional, esportes e lazer.

Profundas alterações têm ocorrido na comunidade da Ilha de Deus. São inegáveis, pela verificação empírica, as melhorias na qualidade de vida da população. Porém a maior queixa gira em torno da questão ambiental. A destruição contínua do ecossistema manguezal, do qual muitos retiravam seu sustento, é visível e sentida pela parcela de moradores que mantém uma relação de dependência, como fonte de renda. A intervenção neste sentido revela-se insuficiente e as tímidas ações de replantio de árvores e recomposição de manguezais, não refletem uma efetiva resposta nesta variável.

Para que ocorra o desenvolvimento de regiões periféricas como a Ilha de Deus, a intervenção do Estado revela-se imprescindível. Tal intervenção deve perpassar por políticas públicas nas diversas áreas de educação, saúde, serviços urbanos, emprego e renda, esporte e lazer, habitação e urbanização, e ambiental. Deve resultar do diálogo com a população local, a partir de suas potencialidades e vocação do território; e através de parcerias estabelecidas com as organizações sociais existentes e convênios com outras instituições. Através deste empoderamento na população local, a intervenção estatal trará benesses à região de forma sustentável e, portanto, que perdurará no longo prazo.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. S. *et. al.* Caracterização e Avaliação do Consumo de Lenha da Atividade Extrativista de Coleta de Marisco e do Sururu da Comunidade Ilha de Deus. ANEF- *Revista Científica Digital*. Janeiro 2014. Artigo n.1.

BARAN, Paul. *The Polical Economy of Growth*, Monthly Review Press, N. York, 1957.

BARBOSA, Sylvia Karla Gomes. *Capital Social e a Importância dos Grupos Locais para o Desenvolvimento Local Sustentável na comunidade Ilha de Deus- Recife- PE*, Monografia UFRPE 2012.

BENTO, Eloiza da Silva; SOUZA, Ana Elizabete Vila Nova de; AGRA, Janaina Uchoa Medeiros; RODRIGUES, Gilberto Gonçalves. *Aspectos Etnoecológicos da Carcinicultura no Parque dos Manguezais e Ilha de Deus, Recife-PE*. XIV Encontro Luso- Brasileiro de Estudos Ambientais, 2011.

BERNARDO, S. J; Maciel, M. I. S.; Silva A. P. G.. Avaliação dos Aspectos Higiênico-Sanitários no Processamento de Moluscos na Comunidade de Pescadores (as) Artesanais da Ilha de Deus, Recife-Pe. In: XX Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, VIII Encontro Latino- Americano de Economia Doméstica, I Encontro Intercontinental de Economia Doméstica, 2009, Fortaleza. Família e Economia Doméstica: Reflexões Perspectivas e Desafios, 2009.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUKE SANTOS, Maria Salett; SILVA, João Paulo da; RAMEH, Ladjane Milfant; MELO, Maria Augusta Amaral Vieira de. *Cotidiano e Comunicação na Comunidade*

Pesqueira da Ilha de Deus. Intercom- Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Natal, 2008.

CORREIA, Ericê Bezerra. Geografia Econômica: Inovação e Periferia: Qual a relação no desenvolvimento local. Editora Universitária UFPE, 2012.

COSTA, Fábio Rodrigues da. Possibilidades para o Desenvolvimento Local em Municípios Periféricos. I Simpósio de Estudos Urbanos: Desenvolvimento Regional e Dinâmica Ambiental, 2011.

DOMINGUES, A. (Sub)úrbios e (sub)urbanos – o mal estar da periferia ou mistificação dos conceitos? In: **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**. Porto, 1994/95, série. I, v. X/XI, p. 5-18.

MARES, Rizia Mendes. A periferia pobre e a podrução do espaço urbano. SEURB. III Simpósio de Estudos Urbanos: A Dinâmica das Cidades e a produção do Espaço. Agosto de 2013.

MYRDAL, Gunnar. Aspectos Políticos da Teoria Econômica, Rio de Janeiro, Zahar, 1962.

NEVES, Norah; MARIZ, Daniela Lira. Construção de uma metodologia de intervenção para a política pública habitacional: o processo de transformação da ZEIS ilha de deus em recife, Brasil. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 15, 2013.

OLIVEIRA, Maycon Jefferson de; ANDRADE, Thaís Lourdes Correia de. O Homem- Caranguejo do Século XXI: A Organização Social da Ilha de Deus como Nova Perspectiva de Comunidade Ribeirinha. XVII Congresso de Iniciação Científica. I Congresso de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, 2009.

RABELO, Josinês Barbosa. Habitação e Sustentabilidade em Áreas de Fragilidade Ambiental. Fórum Ambiental da Alta Paulista, Volume IV- Ano 2010. Instituição organizadora ANAP- Associação Amigos da Natureza da Alta Paulista. ISSN 1980-0827.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Editora Garamond, 2004.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo. Companhia da Letras, 2010.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso - Planejamento e Métodos*. Ed. Bookman Quarta Edição, 2010.